



Copel Serviços S.A.

CNPJ nº 19.126.003/0001-02

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultados	9
Demonstrações de Resultados Abrangentes	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Contexto Operacional	12
2 Base de Preparação	12
3 Principais Políticas Contábeis	14
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Imobilizado	17
6 Intangível	18
7 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	18
8 Obrigações sociais e trabalhistas	19
9 Transações com Partes Relacionadas	19
10 Benefícios Pós-emprego	20
11 Provisões e Passivos Contingentes	21
12 Patrimônio Líquido	21
13 Receita operacional líquida	22
14 Despesas Operacionais	22
15 Resultado Financeiro	23
16 Imposto de renda e contribuição social	23
17 Instrumentos Financeiros	23
18 Seguros	24
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	25
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	28
PARECER DO CONSELHO FISCAL	37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A e com a missão de ampliar a geração em fontes alternativas renováveis, atuando ativamente neste negócio com a pesquisa, implantação e gestão de parques eólicos instalados no estado do Rio Grande do Norte até o terceiro trimestre de 2017.

No intuito de ganho de produtividade e escala em seus negócios, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia, de modo que em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

De agosto de 2021 a fevereiro de 2022 a Copel Serviços foi a contraparte no contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A pela Copel.

Atualmente, a Copel Serviços vem desenvolvendo projetos para atuar em outros segmentos de negócios, tais como geração distribuída, iluminação pública, publicidade e/ou cobrança em faturas, eficiência energética, co-geração, armazenamento de energia, mobilidade urbana, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data*, iniciativas de inovação aberta incluindo a participação em *startups*.

Como projetos já em andamento, em estágio avançado, encontra-se o modelo de *Corporate Venture Capital* (CVC), conforme Comunicado ao Mercado da Copel emitido em 04.11.2022. O modelo a ser adotado na Copel será por meio de um Fundo de Investimento em Participações (FIP) gerido por empresa gestora especializada a ser contratada, com compromisso de aporte de R\$ 150 milhões a serem investidos ao longo dos próximos anos. Esse valor será investido em empresas que apresentem propostas inovadoras dentro do setor de energia e estejam adequadas ao portfólio da tese de inovação e de investimento, nos temas: Energias Renováveis Limpas, Processos Internos Inovadores; Energy as a Service; Gestão de Ativos e Instalações; e *Smart Cities*.

Também se encontra em andamento o desenvolvimento de projetos de Geração Distribuída - projetos de usinas fotovoltaicas para atendimento de clientes via autoconsumo remoto e/ou geração compartilhada - além de serviços de cobrança de valores de terceiros (CVT) e serviço de Recarga Elétrica (carros elétricos) – implantação de pontos de recarga de veículos elétricos em parcerias com concessionárias e com aplicativos de transporte.

Deste modo, a Companhia busca colaborar com o desenvolvimento do grupo, atenta às oportunidades do mercado.

Adriano Rudek de Moura

Diretor Geral

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2022	2021	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	22.945	47.423	(51,6)
Caixa e equivalentes de caixa	3.748	21.470	(82,5)
Receita operacional bruta	9.772	46.488	(79,0)
Deduções da receita	(1.758)	(6.010)	(70,7)
Receita operacional líquida	8.014	40.478	(80,2)
Custos e despesas operacionais	(10.864)	(34.861)	(68,8)
Resultado das atividades	(2.850)	5.617	(150,7)
Ebitda ou Lajida	(765)	6.721	(111,4)
Resultado financeiro	345	165	109,1
IRPJ/CSLL	-	(3.578)	-
Prejuízo/Lucro operacional	(2.505)	5.782	(143,3)
Prejuízo/Lucro líquido do exercício	(2.505)	2.204	(213,7)
Patrimônio líquido (a)	8.635	(20.269)	(142,6)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	6,9	1,1	527,3
Liquidez geral (índice)	0,5	0,5	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	(9,5)	16,6	(157,2)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(31,3)	14,3	(318,9)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(31,3)	5,4	(679,6)
Participação de capital de terceiros (%)	62,4	142,7	(56,3)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	12,4	7,5	65,3
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)			

(a) O patrimônio líquido negativo em 31.12.2021 é decorrente do saldo dos ajustes de avaliação patrimonial do benefício pós emprego dos empregados que foram transferidos da Copel Telecomunicações para a Copel Serviços durante o ano de 2021. Esta situação se reverteu em 2022 com a transferência dos empregados para as demais subsidiárias da Copel após o encerramento do contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações firmado para o período de transição após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo ADRIANO RUDEK DE MOURA
Membro ANA LETÍCIA FELLER

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros CARLOS BIEDERMANN
LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros Titulares HARRY FRANCÓIA JÚNIOR
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
Membros Suplentes ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON
OTAMIR CESAR MARTINS
VERÔNICA PEIXOTO COELHO

DIRETORIA

Diretor Geral ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor de Finanças ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e Regulatório EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA

CONTADOR

CRC-PR-050585/O-9 FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.748	21.470
Outros créditos		2	9.639
Estoques		249	240
Imposto de renda e contribuição social		1.693	127
Outros tributos a recuperar		241	-
Despesas antecipadas		142	119
		6.075	31.595
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		536	428
		536	428
Imobilizado	5	1.978	2.415
Intangível	6	1.263	1.757
Direito de uso de ativos	7	13.093	11.228
		16.870	15.828
TOTAL DO ATIVO		22.945	47.423

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	8	-	21.309
Partes relacionadas	9	-	28
Fornecedores		76	1.155
Imposto de renda e contribuição social		-	348
Outras obrigações fiscais		29	1.038
Benefícios pós-emprego	10	-	2.547
Passivo de arrendamentos	7	774	538
Outras contas a pagar		-	845
		879	27.808
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais		536	503
Benefícios pós-emprego	10	-	28.480
Passivo de arrendamentos	7	12.895	10.842
Provisões para litígios	11	-	59
		13.431	39.884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	12.1	15.085	15.085
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.600	1.600
Ajustes de avaliação patrimonial	12.2	-	(27.868)
Prejuízos acumulados		(8.050)	(9.086)
		8.635	(20.269)
TOTAL DO PASSIVO		22.945	47.423

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	8.014	40.478
Custos Operacionais	14	(4.661)	(22.603)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		3.353	17.875
Outras Despesas Operacionais	14		
Despesas com vendas		(675)	(3.250)
Despesas gerais e administrativas		(5.669)	(8.613)
Outras despesas operacionais, líquidas		141	(395)
		(6.203)	(12.258)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(2.850)	5.617
Resultado Financeiro	15		
Receitas financeiras		1.633	670
Despesas financeiras		(1.288)	(505)
		345	165
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(2.505)	5.782
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16		
Imposto de renda e contribuição social		-	(3.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-
		-	(3.578)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.505)	2.204
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	12.3		
Ações ordinárias		(0,16605)	0,11939

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2022	31.12.2021
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(2.505)	2.204
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Ganho (perda) com passivos atuariais - benefícios pós-emprego	12.2	31.409	(29.496)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		28.904	(27.292)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021		39.049	-	1.628	(11.290)	29.387
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.204	2.204
Outros resultados abrangentes						
Perdas atuariais	10.4	-	-	(29.496)	-	(29.496)
Resultado abrangente do exercício		-	-	(29.496)	2.204	(27.292)
Redução de capital		(28.000)				(28.000)
Recebimento de adiantamento		-	1.600	-	-	1.600
Aumento de capital		4.036	-	-	-	4.036
Saldo em 31 de dezembro de 2021		15.085	1.600	(27.868)	(9.086)	(20.269)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(2.505)	(2.505)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais	10.4	-	-	31.409	-	31.409
Resultado abrangente do exercício		-	-	31.409	(2.505)	28.904
Realização - Ganhos Atuariais		-	-	(3.541)	3.541	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		15.085	1.600	-	(8.050)	8.635

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		(2.505)	2.204
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		1.159	421
Imposto de renda e contribuição social	16	-	3.578
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	10.4	2.853	5.330
Depreciação e amortização	14	2.085	1.104
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	14	(59)	59
		3.542	12.696
Redução (aumento) dos ativos			
Depósitos judiciais		(8)	(72)
Outros créditos		9.637	(9.601)
Estoques		(9)	22
Imposto de renda e contribuição social		(1.566)	(5)
Outros tributos a recuperar		(241)	1
Despesas antecipadas		(23)	(119)
		7.790	(9.774)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(21.309)	21.309
Partes relacionadas		(28)	1
Fornecedores		(1.079)	1.066
Outras obrigações fiscais		(976)	1.670
Benefícios pós-emprego	10.4	(2.471)	(4.379)
Outras contas a pagar		(845)	842
		(26.708)	20.509
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(15.376)	23.431
Imposto de renda e contribuição social pagos		(348)	(3.288)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	7.2	(1.242)	(437)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(16.966)	19.706
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	5	(43)	(165)
Aquisições de intangível	6	(41)	(518)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(84)	(683)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.600
Redução de capital		-	(28.000)
Amortização de passivo de arrendamentos	7.2	(672)	(164)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(672)	(26.564)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.722)	(7.541)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	21.470	29.011
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.748	21.470
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(17.722)	(7.541)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Serviços S.A (“Companhia” ou “Copel Serviços”), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, Orleans, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Foi constituída em 2013, originalmente com a denominação de Copel Renováveis S.A. No entanto, a Copel, objetivando principalmente a otimização da gestão de custos, efetuou um processo de reestruturação organizacional na Companhia. Em 09.10.2020 a 26ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração da denominação para Copel Serviços S.A e o novo objeto social da Companhia.

De agosto de 2021 a fevereiro de 2022 a Copel Serviços foi a contraparte no contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição imediatamente após o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A. pela Copel. Atualmente, a Copel Serviços vem desenvolvendo projeto para atuar em outros segmentos de negócios, tais como geração distribuída, iluminação pública, publicidade e/ou cobrança em faturas, eficiência energética, co-geração, armazenamento de energia, mobilidade urbana, *smart cities*, consultoria em energia, exploração de *big data*, iniciativas de inovação aberta incluindo a participação em *startups*.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28.03.2023.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 3.2 e 7 – Direito de uso de ativos e Passivo de Arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos.

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

Conforme apresentado na NE nº 1, em 2020 a Companhia passou por processo de reestruturação organizacional e durante o exercício de 2021, após a venda da Copel Telecomunicações pela Copel, a Copel Serviços firmou contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição após o desinvestimento da subsidiária.

Os empregados da Copel Telecomunicações foram transferidos para a Copel Serviços que, conseqüentemente, assumiu os passivos de obrigações sociais e trabalhistas e de benefício pós-emprego destes empregados, resultando no saldo negativo do Patrimônio Líquido em 31.12.2021, situação que não permaneceu em 31.12.2022 tendo em vista o encerramento do contrato de prestação de serviços e a transferência dos empregados e das obrigações dos benefícios pós-emprego para as demais subsidiárias da Copel.

Dados os estudos e avaliações da Administração sobre a possibilidade de atuação em outros segmentos de negócios, e considerando também os projetos já em andamento, conforme apresentado na NE nº 1, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte financeiro recebido da Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, não tem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Quando da atualização monetária dos contratos, os ativos e passivos são remensurados para refletir as alterações nos pagamentos do arrendamento. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.3 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal, formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.4 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente da prestação de serviços.

3.5 Tributos

3.5.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.5.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas financeiras estão sujeitas à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.6 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2022

A partir de 1º.01.2022 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 - 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

3.7 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (v) CPC 06 / IFRS 16 – Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);

(vi) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e bancos conta movimento	47	39
Aplicações financeiras de liquidez imediata	3.701	21.431
	3.748	21.470

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas a 101,0% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Imobilizado

	Saldo em 01.01.2022	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	1.789	-	(409)		40	1.420
Edificações	-	-	(4)		147	143
Veículos	9	-	(7)		-	2
Móveis e utensílios	430	-	(44)	(2)	29	413
	2.228	-	(464)	(2)	216	1.978
Em curso						
Custo	187	43	-	(14)	(216)	-
	187	43	-	(14)	(216)	-
	2.415	43	(464)	(16)	-	1.978

A Companhia arrenda imóveis administrativos e equipamentos de informática. O principal arrendamento se refere ao imóvel administrativo da sede da Companhia, contrato que abrange também as outras Subsidiárias Integrais da Copel. Tal imóvel está arrendado pelo prazo de vinte anos, contados a partir de abril de 2021, sendo que a última alteração contratual estabelece um percentual de participação de 12,49% da Copel SER no contrato global.

	Saldo em 01.01.2021	Aquisições	Depreciação	Cisão de ativos (NE nº 13.1)	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	132	-	(232)	1.817	72	1.789
Edificações	-	-	-	-	-	-
Veículos	16	-	(7)	-	-	9
Móveis e utensílios	13	-	(21)	344	94	430
	161	-	(260)	2.161	166	2.228
Em curso						
Custo	-	166	-	434	(413)	187
	-	166	-	434	(413)	187
	161	166	(260)	2.595	(247)	2.415

6 Intangível

	Em serviço	Em curso	Total
Em 01.01.2021	338	-	338
Aquisições		518	518
Cisão de ativos	916	514	1.430
Quotas de amortização	(529)	-	(529)
Em 31.12.2021	725	1.032	1.757
Aquisições	-	41	41
Capitalizações para intangível em serviço	1.007	(1.007)	-
Quotas de amortização	(526)	-	(526)
Baixas		(9)	(9)
Em 31.12.2022	1.206	57	1.263

7 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

7.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 31.12.2021	Adições	Ajuste por remensuração	Amortização	Saldo em 31.12.2022
Em serviço					
Imóveis	10.478	1.410	1.266	(678)	12.476
Equipamentos	750	-	283	(416)	617
	11.228	1.410	1.549	(1.094)	13.093

7.2 Passivo de arrendamentos

Em 1º.01.2021	-
Adições	11.544
Encargos	437
Pagamento - principal	(164)
Pagamento - encargos	(437)
Em 31.12.2021	11.380
Adições	1.410
Ajuste por remensuração	1.549
Encargos	1.244
Pagamento - principal	(672)
Pagamento - encargos	(1.242)
Em 31.12.2022	13.669
	Circulante
	774
	Não circulante
	12.895

8 Obrigações sociais e trabalhistas

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	-	1.532
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	-	1.030
	-	2.562
Obrigações trabalhistas		
Férias	-	3.498
Provisões por desempenho e participação nos lucros	-	15.043
Programa de desligamentos voluntários	-	206
	-	18.747
	-	21.309

Em junho de 2020 os empregados da Copel Telecomunicações foram transferidos para a Copel Serviços para atender ao contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações para o período de transição após a venda da subsidiária pela Copel. Em fevereiro de 2022, após o término do período de transição, os empregados foram transferidos para outras subsidiárias da Copel.

9 Transações com Partes Relacionadas

	31.12.2022	31.12.2021
Passivo circulante - Compartilhamento de estrutura		
Controladora - Copel	-	(4)
Entidades sob controle em comum		
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	(10)
Copel Distribuição S.A.	-	(14)
	-	(28)
	-	(28)

Os saldos em 31.12.2021 referem-se ao contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado entre a Copel e suas subsidiárias.

Em 2022, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários e encargos no valor de R\$ 83 (R\$ 563 em 2021).

10 Benefícios Pós-emprego

A Companhia mantém planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para aposentados e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. Em 2021, com o desinvestimento na Copel Telecomunicações, a maioria dos seus empregados ativos e inativos foram absorvidos pela Copel Serviços, porém após o período de transição, tendo em vista o encerramento do contrato de prestação de serviços e a transferência dos empregados e das obrigações dos benefícios pós-emprego para as demais subsidiárias da Copel. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

10.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

10.2 Plano assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados aposentados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

10.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Planos previdenciários	-	16
Planos assistenciais	-	31.011
	-	31.027
	Circulante	-
	Não circulante	-
		2.547
		28.480

10.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

Em 1º.01.2021	579
Apropriação do cálculo atuarial	2.223
Contribuições previdenciárias e assistenciais	3.108
Ajuste referente a perdas atuariais	29.497
Amortizações	(4.380)
Em 31.12.2021	31.027
Apropriação do cálculo atuarial	2.452
Contribuições previdenciárias e assistenciais	401
Ajuste referente a perdas atuariais	(31.410)
Amortizações	(2.470)
Em 31.12.2022	-

O aumento dos passivos em 2021 é decorrente da transferência dos valores do benefício pós emprego da Copel Telecomunicações para a Copel Serviços. Em 2022, com a transferência dos empregados para as demais subsidiárias da Copel, o saldo de passivos atuariais também foi transferido.

11 Provisões e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.3 são atendidos. Em 31.12.2022 não havia saldo provisionado (R\$ 59 em 31.12.2021 referente a ações trabalhistas).

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2022 não havia saldo de passivos contingentes (R\$ 122 em 31.12.2021).

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

Adicionalmente, a Companhia discute processo judicial na justiça federal relativo à incidência de contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais. O saldo de R\$ 536 (R\$ 503, em 31.12.2021) está registrado no passivo não circulante, na rubrica Outras obrigações fiscais e para esta contingência foram depositados judicialmente R\$ 536, registrados no ativo, na rubrica de depósitos judiciais.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2022, de R\$ 15.085 (R\$ 15.085, em 31.12.2021) é composto por 15.084.872 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

12.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

Em 1º.01.2021	1.628
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (NE nº 10.4)	(29.496)
Em 31.12.2021	(27.868)
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (NE nº 10.4)	31.409
Realização - Ganhos Atuariais ^(a)	(3.541)
Em 31.12.2022	-

^(a) Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de saldos atuariais, após a transferência da totalidade dos empregados para as outras subsidiárias integrais da Copel.

12.3 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2022	31.12.2021
Numerador básico e diluído		
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(2.505)	2.204
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	15.084.872	18.460.857
Lucro (prejuízo) líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	(0,16605)	0,11939

13 Receita operacional líquida

	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços de consultoria	3.286	15.400
Prestação de serviços de operação e manutenção	3.294	16.126
Outras receitas	3.192	14.962
(-) Deduções da receita	(1.758)	(6.010)
	8.014	40.478

14 Despesas Operacionais

	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e administradores	(3.387)	(27.377)
Planos previdenciário e assistencial	(2.924)	(3.806)
Material	(52)	(30)
Serviços de terceiros	(2.439)	(1.925)
Depreciação e amortização	(2.085)	(1.104)
Provisões e reversões	59	(59)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(36)	(560)
	(10.864)	(34.861)

A redução em 2022 é decorrente da transferência dos empregados para as outras subsidiárias da Copel ocorrido em fevereiro de 2022, conforme descrito na NE nº 8.

15 Resultado Financeiro

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.604	684
PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(75)	(32)
Outras receitas financeiras	104	18
	1.633	670
(-) Despesas financeiras		
Variações monetárias e outras despesas financeiras	1.288	505
	1.288	505
Líquido	345	165

16 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(2.505)	5.782
IRPJ e CSLL (34%)	852	(1.966)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	2.453	(3.272)
Incentivos fiscais	-	1.636
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(3.305)	-
Outros	-	24
IRPJ e CSLL correntes	-	(3.578)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Alíquota efetiva - %	0,0%	61,9%

Em 31.12.2022, a Companhia não reconheceu saldo de créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 5.161 (R\$ 1.890 em 31.12.2021) por não haver razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

17 Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2022		31.12.2021	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	3.748	3.748	21.470	21.470
Passivos Financeiros - Custo amortizado						
Fornecedores (a)			76	76	1.155	1.155

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

(a) O valor justo é equivalente ao valor contábil, em razão da natureza e do prazo de realização.

17.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

18 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O(a)	28.03.2024	130.443

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 30.12.2022, de R\$ 5,2177.

Curitiba, 28 de março de 2023.

Adriano Rudek de Moura
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Fernando de Lima dos Santos
Contador - CRC PR-050585/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Serviços S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Serviços S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual indica que, em fevereiro de 2022, foi encerrado contrato de prestação de serviços de operação e manutenção dos ativos de telecomunicações que a Companhia mantinha. Conforme nota explicativa nº 2.4 e nº 14 às demonstrações financeiras, os empregados foram transferidos para as demais subsidiárias do grupo Copel. Adicionalmente, conforme as notas explicativas nº 1 e nº 2.4 às demonstrações financeiras, a Companhia passou por processo de reestruturação organizacional, e a Diretoria da Companhia está avaliando a possibilidade de atuar em outros segmentos de negócios. Essas situações indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto .

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. *ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
- II. *no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. *no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica;*
e
- V. *o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o CAE desenvolveu seu plano de trabalho com o apoio da consultoria *PricewaterhouseCoopers - PwC*, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Naquele momento, para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; planejamento para o atendimento das responsabilidades; referências de mercado; consideração sobre os aspectos de treinamentos e discussões com o próprio Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura do cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei Federal nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx 301/407*, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano. Considerando atendidas as necessidades legais e regulamentares, o Comitê de Auditoria Estatutário aprovou seu plano de trabalho anual.

Em 2021, o CAE revisou seu plano de trabalho, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do colegiado, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária. A revisão

do plano considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de benchmarking; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões em reuniões do Colegiado. O Plano de Trabalho do CAE 2022 considerou o relatório apresentado pela consultoria como subsídio em sua elaboração, sendo que sua estrutura foi organizada em (i) Apresentação e Informações Gerais; (ii) Cronograma detalhado do CAE; e (iii) Anexos.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo do ano, distribuídas em suas reuniões ordinárias mensais, além de reuniões extraordinárias. Em 2022, foram registradas 20 reuniões, das quais, 2 foram reuniões extraordinárias.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte*, é responsável pelo planejamento e execução da auditoria das Demonstrações Contábeis da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, Mercado Livre, Serviços e Eólicas). Compete ao auditor independente, no contexto e escopo do seu trabalho, emitir opinião sobre as Demonstrações Financeiras e se refletem de forma adequada a posição patrimonial e financeira da Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. O ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais, também é avaliado pela Deloitte, uma vez que estão sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley – SOx*.

Ainda no contexto de controles internos, a Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, em sua atuação como segunda linha de defesa, atua no desenho dos controles junto aos órgãos da administração, primeira linha de defesa. Posteriormente, cabe a DRC atuar no teste de desenho dos controles internos. Já a Auditoria Interna - AUD, como terceira linha de defesa, atua no teste de controles internos quanto à sua eficiência e eficácia.

O CAE elabora, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – SOx*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário sofreu alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que: (i) a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; (ii) que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; (iii) que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; (iv) no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e (v) que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2022, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Claudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, para assessoria no desempenho de suas atribuições, um profissional da Companhia é designado como Assessor do CAE da Copel. Desde 06.11.2020, conforme deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário, o profissional Adilson Dvulathca (registro 49438), atua como Assessor do CAE da Copel (Circular-058/2020, de 10.11.2020).

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2022

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

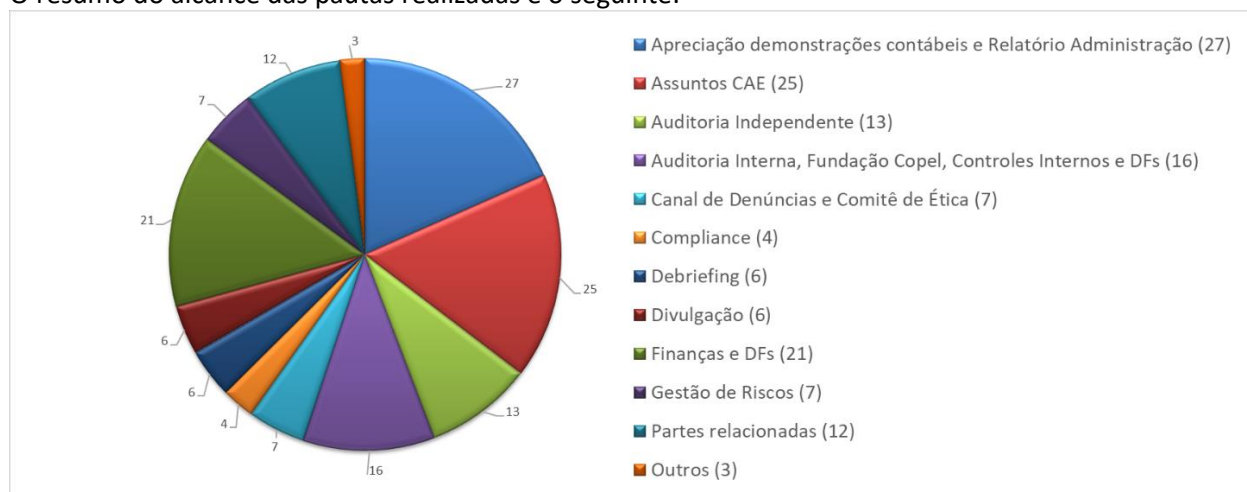
As pautas das reuniões realizadas em 2022 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em 20 reuniões, das quais, 2 reuniões foram extraordinárias: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de denúncias e Comitê de Ética; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários (Cibersegurança, calendário anual de reuniões, LGPD, Risco Hidrológico e melhoria contínua); partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, sendo 2 reuniões extraordinárias, as quais contemplaram 147 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Superintendentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2022, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 13 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2021; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2022; apresentação sobre os trabalhos relativos às Demonstrações Financeiras e de controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de *status* dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2022.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2022, foram realizadas 27 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 8 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2022; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2021 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

A análise e recomendação quanto ao Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, de Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido e quanto ao Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, ocorre na reunião realizada em março de 2023, após finalizadas as discussões com os Auditores Independentes sobre os resultados dos seus trabalhos, os quais incluem os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório, as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras, a discussão das práticas contábeis adotadas, controles internos, legislação societária brasileira, bem como demais normas aplicáveis.

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2022, foram tratadas 8 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, verificação de suas recomendações e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 261ª Reunião, de 02.08.2022, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; bem como, a atualização do *status* de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring*

Organizations of the Treadway Commission (COSO), e com a Lei Sarbanes-Oxley - SOx. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos que se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2022, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 7 pautas que trataram do Canal de Denúncias, Comitê de Ética, Código de Conduta e demais temas relacionados. Essas pautas abordaram o monitoramento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal e que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação pela Auditoria Interna.

Em 2022, o CAE deliberou de forma favorável ao Regimento Interno do Comitê de Ética, recomendou ao Conselho de Administração a aprovação da Política do Canal de Denúncias e deliberou favoravelmente sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia.

Trimestralmente, é apresentado ao CAE o acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, periodicamente, a Auditoria Interna apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2022, foram tratadas 7 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da Política de Riscos da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da gestão de riscos, determinou que fosse adicionada à pauta do colegiado a análise quanto aos riscos de mercado da Copel Mercado Livre e incluiu o monitoramento do Risco Hidrológico como pauta específica em seu plano de trabalho 2022.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2022, foram tratadas 12 pautas envolvendo transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a recomendação ao Conselho de Administração pela aprovação da revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente, o Colegiado monitora as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência do CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Na programação para 2022, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado, incluindo o Plano de Desenvolvimento do Comitê de Auditoria Estatutário.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E SUPERINTENDENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Superintendentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também é possível que as Superintendências, por meio de suas Diretorias, realizem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente daquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias, a avaliação quanto a política de consequências para os casos tratados no Comitê de Ética.

Já em relação ao Código de Conduta da Companhia, o CAE recomendou a DRC avaliar o percentual da remuneração correspondente ao valor simbólico para brindes ou cortesias institucionais.

- Processos Jurídicos

O CAE recomendou à Diretoria Jurídica e Regulatória – DJR o desenvolvimento de trabalho voltado ao monitoramento e gestão de controladoria jurídica, incentivando a melhoria contínua nos processos da Companhia.

- Controles Internos

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico de Controles Internos, a manutenção do apoio na solução tempestiva de eventuais novos pontos apresentados pela auditoria independentes e solicitou a manutenção de reportes bimestrais sobre os trabalhos de Controle Interno.

- Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, bem como, recomendou a avaliação dos riscos de transição (Corporation) e dos riscos emergentes, com o apoio das demais estruturas da Companhia. Recomendou à DRC avaliar a inclusão de risco relacionado aos efeitos da guerra na Ucrânia.

- Reporte dos trabalhos de cibersegurança

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à segurança cibernética. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial – DGE, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

Adicionalmente, o CAE recomendou ao Conselho de Administração aprovar a revisão da Política de Segurança da Informação e Cibernética, sugerindo a inclusão de item específico para tratar da gestão de consequências, a fim de imputar responsabilidade pelo descumprimento ou violação da Política em questão, de acordo com as normativas internas e externas vigentes.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2022, no Relatório Anual 2022, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 21 de março de 2023.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO

Presidente

CARLOS BIEDERMANN

Especialista Financeiro

LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

Membro Externo

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022 E SOBRE OS
ESCLARECIMENTOS DA DIRETORIA À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPEL SERVIÇOS S.A.**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Serviços S.A. abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o esclarecimento da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária da Copel Serviços S.A. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalva e com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 28 de março de 2023

(assinado eletronicamente)
DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

(assinado eletronicamente)
HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

(assinado eletronicamente)
JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

